



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº01/2016

----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Inocência Rodrigues Cruz, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a quinze de Fevereiro de dois mil e dezasseis, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; -----

Ponto dois - Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c), do nº2, do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro; -----

Ponto três - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente a Compromissos Plurianuais. Aquisição de Serviços Técnicos Desportivos; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ponto quatro - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao procedimento Pré-contratual de ajuste direto para aquisição de Serviços de Auditoria Externa às contas do Município de Vila Nova da Barquinha – proposta de nomeação de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas / Ano de 2015. -----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

Rui Monteiro Picciochi; -----

João Manuel Alves Gralha; -----

Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

José Maria Chambel Esteves; -----

Manuel da Costa; -----

César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----

Inocência Rodrigues Cruz; -----

Manuel Maria Pequito Cardoso; -----

Vitorino Gomes Monteiro; -----

João Fernando Mexia Machado; -----

Manuel Maria Ferreira Honório; -----

José Miguel Baptista Homem; -----

Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----

José António Proença Salvado; -----

Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; -----

Anabela Pereira Cardoso Queiroz; -----

João Filipe Ricardo; -----

Paula Alexandra Vieira Duarte; -----

Manuel de Oliveira. -----

-----Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhores Vereadores Rui Constantino Martins, Ricardo Manuel Ramalhete Honório e Luís Manuel dos Santos Valente. Não compareceu a Senhora Vereadora Rosa Garrett, apresentando justificação pela sua ausência. -----

Nesta altura foi instalado o Senhor Deputado Municipal José António Proença Salvado, substituindo o Senhor Deputado Municipal Eduardo de Oliveira, que solicitou a sua substituição por motivos pessoais, a esta sessão da Assembleia Municipal e por ser o sucedâneo na lista do PSD. ----

Seguidamente foi instalado o Senhor Deputado Municipal Manuel Costa, substituindo o Senhor Deputado Municipal José Pereira de Sousa, que solicitou a sua substituição por motivos profissionais, a esta sessão da Assembleia Municipal e por ser o sucedâneo na lista do PS. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

---- APROVAÇÃO DA ACTA -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu à apreciação a ata número cinco, da reunião realizada a trinta de Dezembro de dois mil e quinze, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

Foi submetida à votação o projeto de ata, foi aprovada por maioria, com 2 abstenções dos Senhores Deputados Municipal José Salvado e Vitorino Monteiro, por não terem estado presente sessão, e dezassete votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Anabela Queiroz, Nuno Gomes do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e João Gralha, Manuel Costa, Inocência Cruz, Paulo Constantino, José Chambel, César Barros, Manuel Cardoso, João Machado, Benjamin Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e Rui Picciochi do PS. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- EXPEDIENTE ----- (Vide anexo 1) ----

O Senhor Presidente da Assembleia acentuou no expediente a seguinte correspondência. -----

- Ofício da CPCJ (Comissão Proteção Crianças e Jovens) a solicitar substituição do Senhor Deputado David Antunes na referida comissão.

(Anexo 2) -----

Considerando a importância da nomeação de um novo deputado para a constituição da Comissão, dada a periodicidade das reuniões e a sua obrigatoriedade, o Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração da Assembleia Municipal a inclusão do assunto na Ordem de Trabalhos desta sessão. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade a inclusão do ponto na Ordem de Trabalhos, passando à sua discussão. -----

Uma vez que o Senhor Deputado David Antunes foi proposto para a Comissão Proteção de Crianças e Jovens, pela CDU, foram questionados os membros da CDU se manifestavam vontade em continuar representados na referida comissão. Sendo a resposta afirmativa, foi proposta a Senhora Deputada Paula Alexandra Vieira Duarte. Após votação secreta, foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor a sua nomeação para fazer parte da referida comissão. -----

----- MOÇÕES, INTERVENÇÕES -----

= O Senhor Deputado **Vitorino Monteiro** leu uma intervenção sobre a “Reposição do Direito dos Ferroviários às concessões de Transportes.”

(Vide anexo 3) -----

= A Senhora Deputada **Paula Duarte** leu uma intervenção sobre a “Poluição – Falar Global, falar Local.” **(Vide anexo 4)** -----

= O Senhor Deputado **João Machado** leu uma intervenção sobre a “Crise dos refugiados.” **(Vide anexo 5)** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** apresentou uma Moção sobre “O Orçamento de Estado para 2016 e as Autarquias Locais.” **(Vide anexo 6)** -----

Posta à votação a sua admissibilidade foi aprovada por unanimidade. Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados para discussão da Moção, foi posta à votação. Foi aprovada por maioria com duas abstenções dos Senhores Deputados Nuno Gomes e José Salvado do PPD/PSD; -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para o período antes da ordem do dia, registou-se a intervenção por parte do Senhor Deputado da Assembleia Municipal: ---

= **O Senhor Deputado João Filipe Ricardo** - “O PCP apresentou um projeto para a retoma e conceção do serviço público do regime jurídico das estradas nacionais. Eu só queria alertar para este documento uma vez que vem taxar os Municípios. A CDU propõe uma alteração no seu artigo primeiro, número sete em que diz «...devem ser isentas quaisquer taxas a obras de captação e distribuição, recolha e tratamento e rejeição de afluentes, transporte e deposição de resíduos sólidos urbanos das competências das Autarquias Locais, designadamente a instrução de processos, a emissão de pareceres, a realização de vistorias extraordinárias, a revalidação de licenças ou autorizações e ocupação ou utilização da zona da estrada, ocupação e utilização da zona de servidão não edificante...». O que isto, quer dizer, é que o PCP propõe que as autarquias sejam isentas destas taxas porque o que acontecia é que eram aplicadas em sítios onde passam, estradas nacionais, e o que se propõe é que as autarquias não sejam penalizadas. Eu não tive tempo de discutir este assunto com os meus camaradas, não percebo é como é que isto é aplicado, mas o que me dá a entender é que há uma subcarga para as autarquias por ocupação de espaços ao redor de estradas nacionais.” ---

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **O Senhor Presidente da Assembleia** no uso da sua palavra questionou o Senhor Deputado João Filipe de que taxas se referia na sua intervenção.

= **O Senhor Deputado João Filipe Ricardo** explicou que é todo um conjunto de taxas que podem ser cobradas aos Municípios, de atos que possam praticar junto das estradas nacionais. -----

-----///-----

--- ATENDIMENTO AO PÚBLICO ---

Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Para intervir inscreveu-se o Senhor Município Luís Fontinha Vieira. -----

= **Município Luís Fontinha Vieira** – “Eu tenho dois imóveis na freguesia da Praia do Ribatejo, dos quais gostava de expôr aqui um problema. Um dos imóveis fica no Largo do Mercado, número seis, junto ao mercado Dr. Francisco Cruz. Na parte sul do imóvel tenho uma entrada para uma propriedade que sempre foi considerada de terrenos encravados, ou seja, havia uma diferença de nível entre a parte superior e inferior, de seis metros topograficamente do mercado. Na parte sul do mercado e do meu terreno houve sempre uma entrada, a qual foi franqueada e passou a estar estrangulada. As casas no seu interior são bastantes velhas, antes entravam lá os bombeiros e os serviços de limpeza de fossas e atualmente isso é impossível. Eu só pedia que me fosse facultada mais uma entrada maior. A área que expus nos serviços camarários, é uma área que me podia ser facultada de meio metro quadrado. A casa quando foi construída, era na altura presidente, Dr. Francisco Nunes Correia, que convenceu o meu pai, a recuar a casa quatro metros para trás, com um metro obrigatório, vezes três dá cinquenta e dois metros quadrados, o meu pai assim fez. Quando foi construído o mercado, para ser licenciado

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha de ter casas de banho, a Junta de Freguesia não tinha dinheiro, a Câmara também não tinha e o que aconteceu é que o meu pai deu uma parte do terreno para serem construídas as casas de banho, por isso cinquenta com dez, dá sessenta metros quadrados que o meu pai cedeu. Não me parece que o fato de a Câmara me ceder metro de terreno, que faça alguma diferença. Gostaria que me dessem a oportunidade de entrar no terreno, como entrava. Outro problema que queria expor é que tenho outro imóvel do século XVIII, deixado por uma tia. A casa tem uma esquina que fica na via pública, os serviços fizeram um melhoramento e puxaram o muro para o lado esquerdo. Na altura todas as casas tinham umas proteções nas esquinas por causa das carroças, esta tinha dois carris que já tinham cento e tal anos e por motivos que desconheço foram retirados. Na altura participei a questão à GNR, pois deveria ter sido roubo. Vim à Câmara e expus o assunto à Senhora Arquiteta, disse que iria lá ver a situação e que me diria alguma coisa, mas até hoje não me informou de nada e o assunto não foi resolvido. Acontece que os carros passam e como está sem proteção, já partiram o telhado e chove lá dentro. A casa neste momento está na estrada. Solicito aos serviços camarários que me digam, se a casa está mal, esta retira-se.” -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia informou o Senhor Luís Fontinha Vieira do seguinte: -----

“Nós ouvimos a sua intervenção com muita consideração, mas o problema que o Senhor levantou é um problema da Câmara Municipal e não da Assembleia Municipal. A Câmara é que tem de se pronunciar e tratar desse assunto. De toda a sua exposição se há algo que possamos agir, é a queixa de um serviço da Câmara e isso está transmitido ao Senhor Presidente da Câmara, que irá pronunciar-se sobre o assunto.” -

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara informou o Senhor Município do seguinte: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Sobre a questão do Senhor Luís Fontinha Vieira, tem de ser feita uma análise técnica e jurídica da questão. Tem de ser com visita ao local, terei muito gosto em receber o Senhor Luís em privado para analisar a questão. Neste momento não tenho dados para o esclarecer e terei muito gosto em recebê-lo no meu gabinete.” -----

-----///-----

Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do n.º 2, do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. ----- (vide anexo 7) ---

= Intervenção da Senhora Deputada Anabela Queiroz.-----

“Eu faço parte da Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Barquinha e duas questões surgiram na última reunião. Vão realizar-se algumas atividades na qual a comissão vai estar inserida e questiono o Senhor Presidente se sabe qual é a verba mensal que o estado destina à CPCJ. Em relação ao carro, que a Câmara tem e está destinado a vários serviços, onde está incluído a CPCJ, muitas vezes a viatura, não está disponível. O que acontece, é que há duas técnicas que perguntaram qual a possibilidade de haver uma viatura só destinada à CPCJ, visto que há muitos domicílios, as técnicas recusam-se a fazer no seu transporte próprio. Por outro lado, há o caso de só a presidente da CPCJ poder conduzir e mais ninguém o pode fazer.” -----

= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte.-----

“Após a leitura da informação escrita a minha intervenção vai ao encontro da reunião do Senhor Presidente da Câmara, do passado dia dezanove de Janeiro, tida com o Sr. Ministro do Ambiente, juntamente com outros autarcas, reunião essa onde esteve presente o Senhor Secretário da CIM Médio Tejo. Para além de outras questões, foi abordada a poluição no rio Tejo, a qualidade da água e os caudais (baixos caudais). Sabemos também que houve uma reunião na Assembleia da República acerca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

destes temas. Ainda no passado dia vinte de Fevereiro, pudemos ver no noticiário da SIC, o protesto dos pescadores de Vila Velha de Rodão, protestando contra a qualidade da água e as consequências para essa atividade económica. Assim, gostaria que nos transmitisse, caso seja possível, quais as principais conclusões e decisões tomadas nesta matéria. Qual o ponto de situação? A situação tem-se agravado nos últimos tempos? A Câmara Municipal tem meios para auferir o que se passa no rio Tejo, aqui no nosso concelho? Tem competências nesse tema, que tipo de competências? Fazemos esta questão, e abordamos esta temática logo no P.A.O.D., pois este tema tem uma importância que nos toca muito fundo, sendo nós um concelho ribeirinho, que promove produtos do rio, Mês do Sável e da Lampreia a decorrer neste momento, que tem gente que ainda tira algum sustento do peixe do rio, temos um Clube Náutico, campeonatos de desportos náuticos que tanto promovem o concelho, um Parque Ribeirinho, um Castelo no meio do rio, ou seja, Barquinha e rio Tejo, são indivisíveis. Há todo um investimento pessoal e económico deste concelho com o rio Tejo, daí as nossas preocupações. Também ainda relativamente a esta reunião e tendo em conta a presença do Senhor Ministro do Ambiente, muito embora o tema não fosse esse, o assunto da suinicultura foi abordado?” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes.-----

“Eu queria questionar também acerca da suinicultura. Vi a informação que nos foi facultada, em relação a uma vistoria que foi feita à Agropecuária Valinho, da qual ouvi dizer que já mudou de dono, e dessa vistoria parece que está tudo bem, mas o que é certo é que os cheiros continuam. Esta semana não tem sido muito mal nas zonas que costumo frequentar, mas há poucas semanas tem sido recorrente o cheiro, algumas alturas até pior que em meses anteriores. Estas vistorias detetam que está tudo bem, mas afinal está ou não está bem? Será que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estas vistorias são de surpresa ou há alguém que informa antecipadamente e eles colocam tudo corretamente.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.-----

“Eu só queria saber, uma vez que houve reunião com o Senhor Comandante da Engenharia, quais são as conclusões acerca das obras a executar no cemitério das Limeiras e para quando o seu início.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Machado.-----

“Só queria alertar que na página quatro, no segundo parágrafo, «...foi efetuada reparação / manutenção dos equipamentos dos parques infantis do Barquinha Parque, do Alto da Fonte, do Centro Escolar e Ciência Viva na freguesia de Vila Nova da Barquinha e do Jardim da Nora em Atalaia...». O Jardim da Nora não é na Atalaia, mas sim em Moita do Norte, Vila Nova da Barquinha.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os Senhores Deputados. -----

= Verba atribuída pelo estado para CPCJ – “Ela consta no orçamento da Câmara Municipal, é uma verba que está prevista que rondará entre os oito mil e os dez mil euros. -----

= Viatura camarária – As viaturas não estão só disponíveis para um único serviço na Câmara, temos de racionalizar. Pelo que sei vai haver a descentralização do trabalho família e menores para Abrantes, ou seja, há aqui em termos da reforma judiciária ,mudanças. -----

= Reunião Ministro do Ambiente – Estive presente, como representante do Médio Tejo, Presidente Vasco Estrela, a Secretária Executiva da CIMT, Maria do Céu Alburquerque, Presidente da Câmara Municipal de Constância, Júlia Amorim, ou seja, aqueles que em termos de Comunidade Intermunicipal fomos designados para representar os interesses do Tejo, junto do Ministro do Ambiente e Secretário de Estado. Na Assembleia da República, só vão os convidados. Na sequência dessa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reunião houve a criação de uma comissão de acompanhamento dos efeitos da poluição verificada a montante do rio Tejo. Essa comissão foi constituída nessa reunião e transmitida aos presidentes presentes. Resultante dessa comissão reuniu no dia dezoito de Fevereiro na Comunidade Intermunicipal a comissão da CIMT. Também foram nomeadas as comissões gerais onde está representada a Câmara Municipal e está agendada para o dia sete de Março, a questão da análise da poluição no rio Tejo. Dizer que o Presidente da Câmara Municipal, face à visita dos Deputados do Parlamento Europeu a Espanha assumiu posição e apoio à reivindicação dos movimentos de cidadãos, a título pessoal, e transmiti por escrito aos eurodeputados a preocupação do Município quanto à questão da poluição do rio Tejo. Esta é uma temática que muito interessa a Vila Nova da Barquinha, pelos investimentos que são feitos, pela sua ligação umbilical ao rio, e pelo próprio movimento de cidadania que existe no nosso concelho, em que desde a manifestação realizada em Junho de dois mil e nove, em que o Município esteve, tem uma ligação intensa a este movimento de cidadania e preocupação das causas ambientais, nomeadamente a questão dos transvases, das poluições a montante das indústrias poluidoras, algumas já identificadas. De certeza absoluta que esta é uma preocupação essencial por parte do executivo municipal e pela Assembleia Municipal. As competências são aquelas que estão definidas na Lei, as da Agência Portuguesa do Ambiente e do Ministério do Ambiente, os nossos meios são escassos, podemos é denunciar tal como os movimentos de cidadania que existem, e podemos influenciar a decisão política. -----

= **Suicultura** – Não era temática nem fazia parte da ordem de trabalhos, não foi assunto abordado. Em relação ao relatório de vistoria, é o que se sabe e tem sido posição do Presidente da Câmara dar todos os dados aos Senhores Deputados, portanto, aqui não há questões menos claras sobre

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esta temática, este processo é muito complexo. Na semana passada solicitei novamente à fiscalização que fizesse uma visita à suinicultura porque havia o boato de descargas para as linhas de água, felizmente não aconteceu, tinha também feito a participação à GNR, foram ao local e nada encontraram. Outra informação que desconheço, a suinicultura ter mudado de dono e até prova em contrário em termos de comunicação o que vale são as notificações ou as informações que via oficial chegam ao presidente. -----

= Obras no cemitério das Limeiras – Fizemos a vistoria “in loco”, eu os vereadores responsáveis, Presidente da Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo, acompanhado pelos técnicos do Regimento de Engenharia. Estamos a aguardar um orçamento em termos da feitura do equipamento e dos materiais da parte do Regimento de Engenharia. Quando forem públicos farei chegar aos Senhores Deputados toda a informação. -----

= Jardim da Nora - Quanto à questão do Senhor Machado foi um erro de escrita, pois o Jardim da Nora pertence à Freguesia de Vila Nova da Barquinha.” -----

Tomando ao palavra o Senhor Presidente da Assembleia referiu: -----

“Em relação à Suinicultura não quero ser pessimista mas por aquilo que vi, e do conhecimento que tenho desta situação a única solução que é possível é a mesma sair daquele local, pois não há grande solução técnica. O erro principal foi deixar-se construir num sítio daqueles.” ----

= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

“A questão da suinicultura é muito pertinente e dizer que é preocupação do executivo. Recentemente houve um pedido de aumento de produção na Atalaia e a Câmara Municipal com todos os riscos inerentes a esta questão, indeferiu o pedido.” -----

Ponto três – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente a Compromissos Plurianuais. Aquisição de Serviços

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Técnicos Desportivos. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe. -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** – “Vamos iniciar a abertura de procedimento pré-contratual, concurso público, com vista à aquisição de serviços de: consultadoria desportiva geral e de direção e gestão técnico-pedagógica; serviços técnicos de desporto; serviços de vigilância e socorrismo; serviços de manutenção e operação de máquinas de sistemas; prestação de serviços de coordenação e monitorização de outros projetos; e atividades físicas desportivas promovidas pelo Município; ou seja, pretende-se proceder à abertura do processo de gestão das piscinas, da escola municipal de futebol e prestação de serviços de coordenação de atividades físicas no concelho. O valor da despesa não ultrapassará os cento e trinta e cinco mil, setecentos e trinta e dois euros e setenta cêntimos, conforme a informação em posse dos senhores deputados. Nos termos das disposições legais em vigor, e atendendo que o preço base do concurso resultou com compromissos plurianuais a sua abertura depende sempre da autorização prévia da Assembleia Municipal.” -----

Neste momento foi dada a palavra aos Senhores Deputados para expor o seguinte: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “Esta questão tem a ver com a parte desportiva, mas gostava de saber se estes valores são para cobrir serviços já prestados, ou são valores para serem adjudicados com concurso público a quem se candidatar. Fiquei na dúvida de qual é o objetivo destes valores.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** - Apresentou uma declaração de voto (**anexo 8**) -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguinte: -----

“Em resposta ao Senhor Deputado Nuno Gomes informo que vai proceder-se à abertura de um procedimento pré-contratual.”-----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente a compromissos plurianuais, aquisição de serviços técnicos desportivos, esta foi aprovada por maioria com duas abstenções dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e dezassete votos a favor dos Senhores Deputados José Salvado, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto quatro – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao Procedimento Pré-Contratual de ajuste direto para aquisição de Serviços de Auditoria Externa às contas do Município de Vila Nova da Barquinha – proposta de nomeação de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas / Ano de 2015. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expôr o assunto em epígrafe. -----

“O ponto número quatro refere-se à aquisição de serviços de auditoria externa às contas do Município para o ano de dois mil e quinze. A revisão mantém-se com o mesmo Revisor Oficial de Contas, Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, Lda e o valor como consta na respetiva informação.” -----

Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que solicitaram os seguintes esclarecimentos: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte – “Relativamente a este ponto fui buscar um relatório que nos chegou à mão na última reunião de dezembro, da Inspeção Geral de Finanças, do qual constava dos anexos da última reunião, acerca do controlo da contratação pública e de urbanismo na administração local autárquica. Foi uma auditoria ao Município de Vila Nova da Barquinha relativamente ao ano de dois mil e catorze, relatório número vinte e três / cinquenta e dois. Nesse relatório na página cinquenta e sete, um dos pontos dizia o seguinte: «...a análise a um dos contratos adjudicados por ajuste direto demonstra que a consulta a mais que uma entidade permite uma maior economia e é a que melhor se adequa aos princípios da contratação pública, tais como a transparência e a concorrência...». A recomendação é que nos procedimentos de ajuste direto seja preferencialmente efetuada consulta a mais que uma entidade. Na página dois da informação que nos chegou relativamente a este ponto, refere-se «...nestes termos, e existindo apenas uma única entidade convidada, cuja proposta deu entrada dentro do prazo estabelecido...», nós ficamos aqui com a sensação que não houve consulta a mais do que uma entidade, desta área. Não percebemos efetivamente se a proposta que deu entrada, foi de uma entidade convidada diretamente, e assim não houve abertura para analisar mais nenhuma proposta, daí as nossas reservas em relação a este documento.”

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Sobre isto eu queria adiantar mais, no ano passado em Abril levantei uma questão ao que o Senhor Presidente não respondeu e depois deu-me uma explicação no final da reunião. Existia um contencioso entre a Câmara Municipal do Entroncamento e o Revisor Oficial de Contas, que é o mesmo do nosso Município, o que não quer dizer que haja algum problema com o nosso Município. Mas, confesso que estranho um pouco e neste momento o Senhor Presidente da Câmara dirá, mas o que é certo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é que a Câmara do Entroncamento não renovou contrato com este Revisor Oficial de Contas.” -----

-----**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou o seguinte:** -----

-----“Quem contrata é a Assembleia Municipal, não é a Câmara Municipal. Tivemos problemas foi com o Revisor Oficial de Contas de Lisboa, e esta questão de proximidade é muito importante ao contrário do que as pessoas pensam. Quanto à questão da contratação estamos a falar de valores e o que a Lei diz - “é preferencialmente”. Sobre a questão dos Revisores estes têm tabelas como os advogados também têm, ou seja, no fundo estão limitados em termos jurídicos nestas questões. Aqui já houve redução remuneratória, pois a empresa reduziu em mais de dois mil euros, pois por este valor não vai ser fácil contratar um ROC, mas isso é a Assembleia que há-de decidir. Em relação à Câmara do Entroncamento, foram feitas várias queixas e conheço várias câmaras que trabalham com aquela sociedade, ao que tenho conhecimento nunca houve nenhuma incompatibilidade.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra referiu o seguinte: -----

“A intervenção do Senhor Presidente da Câmara esclareceu que problema que existia era em relação ao anterior ROC. A nomeação do ROC é uma competência da Assembleia Municipal, mas como não temos a parte executiva, a Câmara como executiva apoia na contratação. Os Revisores Oficiais de Contas respondem perante a Assembleia Municipal e não perante a Câmara Municipal. Na minha opinião dos últimos relatórios e dos trabalhos apresentados por estes não tenho nada a acrescentar, pois estão bem feitos. A qualidade informação como podem verificar melhorou significativamente. Em relação ao valor, como o Senhor Presidente diz eles têm de se regular pelas tabelas, o custo é o mesmo.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente a Procedimento Pré-Contratual de ajuste direto para aquisição de Serviços de Auditoria Externa às contas do Município de Vila Nova da Barquinha – proposta de noemação de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, esta foi aprovada por maioria com três abstenções dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e Inocêncio Cruz do PS e dezasseis votos a favor dos Senhores Deputados José Salvado, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão ordinária desejando a todos os presentes um bom fim-de-semana e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

(Rui Monteiro Picciochi)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia

(João Manuel Alves Gralha)

O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Inocêncio Rodrigues Cruz)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Lista de Expediente
Anexo 2	Ofício da CPCJ (Comissão Proteção Crianças e Jovens) a solicitar substituição do Senhor Deputado David Antunes na Comissão.
Anexo 3	Intervenção lida pelo Senhor Deputado Vitorino Monteiro do PS – Reposição do direito dos Ferroviários às concessões de transportes.
Anexo 4	Intervenção lida pela Senhora Deputada Paula Duarte da CDU – Poluição – Falar Global, Falar Local.
Anexo 5	Intervenção lida pelo Senhor Deputado João Machado do PS – Crise dos refugiados.
Anexo 6	Moção apresentada pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo – O Orçamento de Estado e as Autarquias Locais.
Anexo 7	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara
Anexo 8	Declaração de voto apresentada pela bancada da CDU relativo ao ponto três da Ordem de Trabalhos – Compromissos Plurianuais. Aquisição de Serviços Técnicos Desportivos.